



TC Art Marcos Cícero Barros da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO EXÉRCITO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS REGIÕES SUDOESTE E SUL DA  
FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE**

**Salvador**

**2019**

**TC Art Marcos Cícero Barros da Silva**

**A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO EXÉRCITO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS REGIÕES SUDOESTE E SUL DA  
FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Formação Complementar do Exército  
/ Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-  
MG como requisito parcial para a obtenção do  
Grau Especialização de Gestão em  
Administração Pública.

**Orientador: Prof. Alan Sales da Fonseca**

**Salvador**

**2019**

**TC Art MARCOS CÍCERO BARROS DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO EXÉRCITO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS REGIÕES SUDOESTE E SUL DA  
FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Formação  
Complementar do Exército / Centro  
Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG  
como requisito parcial para a obtenção do  
Grau Especialização de Gestão em  
Administração Pública.

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

---

Prof. Dr. Guaracy Silva – Presidente  
UNIS

---

Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior – Membro 1  
UNIS

---

Prof. Ma. Alan Sales da Fonseca – Membro 2  
UNIS

# A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO EXÉRCITO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS REGIÕES SUDOESTE E SUL DA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE

Marcos Cícero Barros da Silva<sup>1</sup>

Alan Fonseca<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho trata sobre a importância da presença do Exército Brasileiro nas regiões sudoeste e sul da fronteira sul-mato-grossense para o desenvolvimento econômico dessa área, espaço que abrange a faixa fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tal abordagem se justifica devido às características políticas, econômicas, sociais e geográficas dessa localidade, que implicam na exigência de uma maior participação e influência das organizações militares e suas estruturas na economia dos municípios locais. A finalidade deste estudo é identificar as contribuições dessas unidades militares da Força Terrestre para o desenvolvimento econômico dessa área de fronteira. Esse propósito será alcançado a partir da revisão bibliográfica e documental relacionada com as atividades das organizações militares do Exército Brasileiro, sediadas no Estado de Mato Grosso do Sul, dentro da faixa de fronteira especificada. O estudo evidenciou a reduzida capacidade das economias municipais, influenciadas pela atuação do crime organizado, limitada média de renda da população, modesta rede de comércio e serviços, carências do mercado de trabalho e de qualificação de mão de obra, bem como pelas condições das redes de circulação e como a presença das organizações do Exército tem colaborado para minimizar os impactos dessas deficiências.

**Palavras-chave:** Exército Brasileiro. Áreas Sudoeste e Sul da Fronteira Sul-mato-grossense. Crescimento Econômico.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação territorial do Brasil levou ao estabelecimento de diversas unidades militares do Exército Brasileiro em pontos limítrofes estratégicos, o que garantiu a configuração dos atuais 16.886 quilômetros de fronteira nacional com outros dez países da América do Sul. Assim, organizações militares do Exército passaram também a estar presentes na área da fronteira do atual Estado de Mato Grosso do Sul, que abrange

---

<sup>1</sup> Pós-graduado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO. E-mail: ccero2018@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Educação, Mestre em Administração, Especialista em Gestão de Negócios, Bacharel em Direito e Economista. Centro Universitário do Sul de Minas. E-mail: alan.fonseca@unis.edu.br

1.365quilômetros de fronteiras com o Paraguai, área predominantemente localizada nas partes sudoeste e sul da fronteira sul-mato-grossense.

As regiões sudoeste e sul da fronteira sul-mato-grossense são o espaço de análise definido para o presente trabalho, considerando o limite estabelecido pela legislação como Faixa de Fronteira. A Lei nº 6634, de 02 de maio de 1979, definiu o conceito de Faixa de Fronteira como a faixa territorial interna de cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (BRASIL, 1979).

Ao longo dos anos, a preocupação do Estado brasileiro com a vivificação e a segurança das fronteiras intensificou-se, vindo a consolidar-se na esfera estratégico-militar por meio da instituição da Política de Defesa Nacional (PDN), em 1996. Nesse contexto, foi estabelecida a Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, que prevê como atribuições subsidiárias das Forças Armadas a cooperação para o desenvolvimento nacional e a atuação por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra crimes transfronteiriços e ambientais (BRASIL, 1999). Além disso, com a atualização da PDN por meio da criação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, foram estabelecidas como diretrizes o adensamento da presença militar nas áreas de fronteira, novas formas de atuação e controle sobre essas áreas (BRASIL, 2008). Finalmente, em 2016, por meio do Decreto número 8.903 (BRASIL, 2016), foi estabelecido o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras que tem, entre os seus objetivos, o de coibir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado na Faixa de Fronteira e na Costa Atlântica, contribuindo ainda mais para o fortalecimento da presença do Exército nos espaços fronteiriços.

Dessa forma, este trabalho busca analisar a influência da presença das organizações militares do Exército Brasileiro para o desenvolvimento econômico das regiões sudoeste e sul da fronteira sul-mato-grossense, considerando as características, atividades e atribuições legais dessas organizações, bem como o cenário socioeconômico regional.

Para efeito da análise, o conceito de desenvolvimento econômico será baseado em alguns aspectos econômicos quantitativos e qualitativos, predominantemente os relacionados aos índices de renda, saúde e educação, conforme proposto em relatório da UNESCO como medidas para o desenvolvimento (UNESCO, 1999).

Tal abordagem se justifica pelo interesse do pesquisador em analisar a questão, fruto de suas observações pessoais decorrentes de quase quatro anos de serviço em organização militar situada dentro da faixa de fronteira, no Estado de Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo, ressalta-se a importância do trabalho pela contribuição, no aspecto profissional, para que

comandantes militares nos diversos níveis e outros profissionais militares designados para a região tenham a percepção dessa dinâmica, colocando-os em melhores condições para a tomada de decisões. Além disso, no aspecto social, o estudo possibilitará a conscientização da sociedade brasileira quanto a essa realidade, impulsionando ainda mais parcerias entre o Exército e as administrações dos municípios e o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o que se refletirá em melhores condições para a população dessa região de fronteira.

O objetivo desse estudo é demonstrar as contribuições da presença das organizações militares do Exército Brasileiro para a economia das regiões sudoeste e sul da fronteira sul-mato-grossense. Para isso, o tema será desenvolvido nos seguintes tópicos: As Regiões Sul e Sudoeste da Fronteira Sul-Mato-Grossense – Localização e Principais Aspectos; A Evolução da Presença do Exército nessas Regiões; Atuais Unidades do EB no Sul e Sudoeste da Fronteira Sul-Mato-Grossense e Aspectos de Seus Municípios; As Contribuições da Presença do Exército Para o Desenvolvimento Dessa Parte da Fronteira e Considerações Finais.

Este propósito será alcançado mediante minuciosa revisão bibliográfica e documental que caracterize o valor da presença das organizações militares do EB para as regiões sudoeste e sul da fronteira sul-mato-grossense.

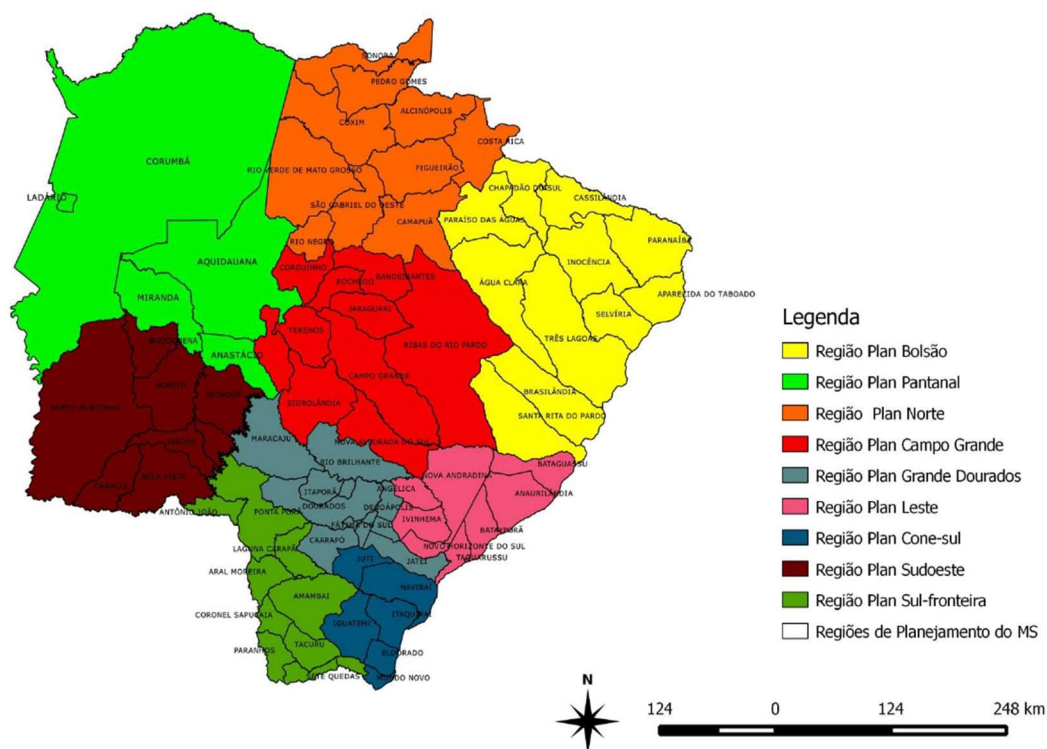
## **2. AS REGIÕES SUL E SUDOESTE DA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE – LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ASPECTOS**

Com a finalidade de viabilizar uma distribuição espacial que seja referência para a execução de ações e de planos de desenvolvimento do governo, o Estado de Mato Grosso do Sul (MS) foi dividido em 09 (nove) regiões de Planejamento (MATO GROSSO DO SUL, 2015): Região de Campo Grande; Região da Grande Dourados; Região do Bolsão; Região do Cone-Sul; Região do Pantanal; Região Leste; Região Norte; Região Sudoeste e Região Sul-Fronteira.

Essa divisão em regiões busca o desenvolvimento endógeno dos municípios que as compõem, “buscando ampliar o bem estar da sua população com a melhor utilização dos recursos disponíveis” (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p.17).

O foco do presente estudo concentra-se nas Regiões Sudoeste e Sul-Fronteira que estão situadas inteiramente dentro da Faixa de Fronteira (MATO GROSSO DO SUL, 2015) e que, geograficamente, localizam-se conforme a figura 1 a seguir.

Figura 1 – Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: SEMADE, 2016

A região Sudoeste da fronteira ocupa uma extensão territorial de 40.354,9 km<sup>2</sup> e é formada pelos seguintes municípios: Bodoquena, Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Com uma taxa de urbanização de 76,89%, a Região Sudoeste tem uma população de cerca de 125.000 habitantes. Sua densidade demográfica é de 3,01 hab/km<sup>2</sup>, considerada baixa em relação à densidade demográfica média do Estado do Mato Grosso do Sul que é de 7,24 hab/km<sup>2</sup>, indicando a existência de vazios demográficos na área (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

A Região Sul-Fronteira ocupa um espaço territorial de 19.020,94 km<sup>2</sup> que se estende ao longo da fronteira com o Paraguai numa extensão de aproximadamente 350 km. É formada por 09 (nove) municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (2015), tem uma população de aproximadamente 200.000 habitantes, cerca de 8% do total

estadual, e uma densidade demográfica de 10,32 hab/km<sup>2</sup>, contando com a presença expressiva de agricultores familiares, onde se destacam 15 assentamentos com 4.292 famílias e 18 aldeias indígenas. Do total de sua população, 69,51% vive na área urbana, configurando-se uma das mais baixas taxa de urbanização de Mato Grosso do Sul, cuja média é de 85,64%.

Ao longo do processo histórico de ocupação do território brasileiro e definição de suas fronteiras, unidades do Exército Brasileiro foram sendo estabelecidas nessas regiões a fim de garantir sua posse e integração ao espaço nacional.

### **3. A EVOLUÇÃO DA PRESENÇA DO EXÉRCITO NESSAS REGIÕES**

O início da presença do Exército na região da fronteira sul-mato-grossense remonta ao período das ações bandeirantes na busca por pedras e metais preciosos (SANTOS 2013). Estas expedições pioneiras levaram à descoberta do ouro no início do século XVIII e a consequente atração do povoamento, que veio ao encontro do objetivo português de consolidar a posse dos territórios a Oeste do Meridiano de Tordesilhas.

Uma das consequências foi a criação, em 1748, da Capitania de Mato Grosso, desmembrando-se de São Paulo. O primeiro Capitão-General foi D. Antônio Rolim de Moura Tavares que chegou com ordens expressas para instalar o governo às margens do rio Guaporé. Entretanto, foi o 4º Capitão-General, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a quem se deveu a consolidação da defesa dos territórios conquistados. Durante os dezessete anos de seu governo (1772 - 1789), ele lutou contra os espanhóis, reprimiu sublevações, debelou ataque de índios, desbravou territórios e mandou construir o Forte de Coimbra, em 1775. Na administração de Melo e Cáceres, a construção do Forte de Coimbra merece destaque, fortificação que foi estratégica e fundamental para a consolidação do território na parte sul do Rio Paraguai (SANTOS, 2013).

Com a evolução da tensão entre o Brasil e o Paraguai a partir de 1850, foram criadas as colônias militares de Nioaque (1850), Brilhante (1850), Dourados (1856) e a de Miranda (1859), na fronteira sul da província de Mato Grosso (SANTOS, 2013). Os locais escolhidos eram pontos na fronteira considerados, sob o ponto de vista militar e estratégico, convenientes para fortificar e reforçar a defesa apresentando para o país vizinho que a área estava sendo ocupada e que nessa localidade era montado um esquema militar para proteção da província.

Após a Guerra do Paraguai, há uma reorganização das forças militares na região e os efetivos são reforçados. O Exército passa a buscar a modernização de suas unidades, adquirir



novos materiais e estabelecer um sistema de comunicações que integrasse essa região de fronteira com o restante do país.

Em 1905, Candido Mariano da Silva Rondon iniciou os trabalhos de construção das linhas telegráficas no Mato Grosso, concluindo em 1906 os trabalhos de ligação dos “principais pontos estratégicos dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, nas malhas de uma grande rede telegráfica que permitiria constante comunicação com aquelas longínquas paragens e, desse modo, sobre elas exercer proveitosa vigilância.” (VIVEIROS, 2010, p. 215 apud SOUZA, 2012, p.29).

Em 1906, depois de passar por Cuiabá, Nioaque, Miranda, Cáceres, o 7º Regimento de Cavalaria Ligeira estabeleceu-se na cidade de Bela Vista. O Regimento é oriundo 1º Corpo de Caçadores a Cavalos que, em 1866, uniu-se à coluna de 3000 homens organizada no Rio de Janeiro para opor-se às ações paraguaias durante a Guerra, tendo estado presente também na Retirada da Laguna, um dos episódios mais sangrentos da Guerra da Tríplice Aliança (RUIZ, 2017).

No ano de 1912, foi instalada, na cidade de Porto Murtinho, a Bateria de Artilharia de Fronteira, a qual foi destacada do Forte de Coimbra, situado em Corumbá. Sua transferência para a localidade originou-se da ocupação do Fecho dos Morros por 31 praças, em 1850, para construir um destacamento, atacado em seguida por forças paraguaias, no início do conflito binacional (RUIZ, 2017).

Em 1919, pelo Decreto número 13.916 de 11 de dezembro, tendo como Presidente da República Epitácio Pessoa, foi criado o 11º Regimento de Cavalaria Independente (11º R C I), sendo construído, a partir de 1921, na cidade de Ponta Porã. Sua missão era proteger a fronteira oeste do Brasil. Segundo Acyr Vaz Guimarães, em seu livro "História dos Municípios (1992)", Pandiá Calógeras, nessa época ministro da guerra, nomeou como diretor de engenharia da construção da organização militar, o Major Cândido Mariano Rondon que já estivera em 1905 em Ponta Porã, ficando esse encarregado pela construção do quartel em 1921.

A partir de 1933, os governantes passaram a utilizar tropas do Exército na construção de estradas e pontes de interesse estratégico nessa área. Pelo relatório do Ministério da Guerra (BRASIL, 1940, p. 198 apud SOUZA, 2012, p.33), o 6º Batalhão de Engenharia iniciou em 1933 a construção da rodovia até Porto Murtinho e Bela Vista, ligação terrestre para os municípios na fronteira com o Paraguai. Uma companhia do batalhão foi instalada em Nioaque, para a construção de uma ponte de madeira sobre o rio Nioaque (SOUZA, 2012).

Em 1935, por transformação do 6º Batalhão de Engenharia, o Ministério da Guerra criou, em 1935, o 4º Batalhão de Sapadores. A 1ª Companhia desse Batalhão se instalou em Fazenda Jardim, atual município de Jardim, e de meados de 1935 até o final de 1936 a companhia construiu uma ponte estabelecendo a ligação entre essa localidade e o atual município de Guia Lopes, segundo Souza (2012). Em 1939, o 4º Batalhão de Sapadores foi transformado no 4º Batalhão Rodoviário, e “instalou-se na margem esquerda do rio Miranda, em terras da Fazenda Jardim, para manter em condições de tráfego as estradas que dali seguiam para a fronteira do Paraguai” (SOUZA, 2012, p.37).

Em 13 de janeiro de 1938, a Bateria de Artilharia de Fronteira, de Porto Murtinho, foi transformada na 2ª Companhia de Fronteira, no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, denominação que permanece até os dias de hoje (RUIZ, 2017).

Em 30 de dezembro de 1938, o 7º Regimento de Cavalaria Ligeira foi transformado no 10º Regimento de Cavalaria Independente, passando a adotar a denominação histórica de Regimento Antônio João (RUIZ, 2017).

Em março de 1945, o 4º Batalhão Rodoviário foi extinto sendo substituído, conforme Aviso n. 497, de 26 de fevereiro de 1945, pela Comissão de Construção de Estradas de Rodagem para o Estado de Mato Grosso e Território de Ponta Porã (SOUZA, 2012), cuja abreviatura se popularizou como CER-3, tendo como primeiro comandante o Major Alberto Rodrigues da Costa. Conforme Souza (2012), ela se configurava como uma organização militar de natureza diferenciada, não recebendo soldados para a prestação do serviço militar obrigatório. Seu efetivo militar era formado por oficiais e sargentos, profissionais de carreira. Direcionada para a construção de estradas, possuía um corpo administrativo liderado por militares e uma grande maioria de civis, funcionários de carreira ou temporários.

A instalação da CER-3 trouxe grande desenvolvimento social e impulso econômico para a região de Jardim. A presença militar estimulou a formação da cidade, que a população consolidou como uma cidade progressiva, pólo de desenvolvimento da atual região sudoeste de Mato Grosso do Sul.

No dia 1º de setembro de 1955, uma Bateria de Obuses do 9º Grupo de Artilharia a Cavalos 75 (9º G A Cav 75) foi transferida da cidade de Aquidauana para a cidade de Nioaque, dando início à ocupação do novo aquartelamento. Em 19 de novembro de 1957, instalou-se o Grupo em Nioaque com todo o seu efetivo, concluindo definitivamente a sua mudança de sede. Em 1958, a unidade tornou-se motorizada, recebendo a denominação de 9º Grupo de Canhões 75 auto-rebocado (BRASIL, 2017).

Em 1965, pelo Decreto de Lei de 10 de dezembro, transferiu-se o 17º Regimento de Cavalaria, então sediado em Pirassununga, São Paulo, para a cidade de Amambai, em Mato Grosso do Sul, transferência concretizada em 1º de dezembro 1970 (MOREIRA, 2014).

Em 1975, com a substituição dos Canhões Krupp 75 pelos atuais Obuseiros 105mm, o 9º Grupo de Canhões 75 Auto-rebocado mudou a sua denominação para 9º Grupo de Artilharia de Campanha (9º GAC), que permanece até os dias atuais.

A contar de 01 de janeiro de 1984, pelo Decreto nº 88.537, de 19 de julho de 1983, foi extinta A CER-3. Em suas instalações permaneceu um efetivo militar do 9º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Cuiabá, que recebeu parte do patrimônio rodoviário, depois transferido para o 9º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Cuiabá (SOUZA, 2012). Em 1985, foi criada a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (4ª Cia E Cmb Mec) que ocupou essas instalações e permanece até o momento presente (SOUZA, 2012).

Ainda no ano de 1985, o então 10º Regimento de Cavalaria Independente recebeu a denominação atual de 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado (10º R C Mec).

Em 1987, o então 17º Regimento de Cavalaria foi transformado no 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado (17º R C Mec), "Regimento Sólton Ribeiro", denominação que vem até os tempos atuais (MOREIRA, 2014).

Em 20 de março de 1991, através da Portaria Ministerial Nr 148, de 14 de março de 1991, o 11º Regimento de Cavalaria Independente tornou-se o atual 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado (11º R C Mec), recebendo a denominação histórica de "Regimento Marechal Dutra" (BRASIL, 2017).

#### **4. ATUAIS UNIDADES DO EB NO SUL E SUDOESTE DA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE E ASPECTOS DE SEUS MUNICÍPIOS**

Atualmente, o Exército Brasileiro possui 03 (três) organizações militares (OM) em cada uma das Regiões Sudoeste e Sul da fronteira Sul-mato-grossense (BRASIL, 2018).

Na Região Sudoeste estão a 2ª Cia Fron, subordinada à 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira (18ª Bda Inf Fron), de Corumbá-MS, a 4ª Cia Eng Cmb Mec e o 9º GAC, subordinados à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda Cav Mec), de Dourados-MS.

Na Região Sul estão sediados o 10º R C Mec, o 11º R C Mec e o 17º R C Mec, todos subordinados à 4ª Bda Cav Mec.

A 2ª Cia Fron é uma organização militar de Arma-Base, que tem a missão de, dentro de um quadro de situação de Guerra, realizar ações sobre inimigo a fim de destruí-lo ou capturá-lo, utilizando o fogo, o movimento e a ação de choque. Na defensiva, consiste em manter o terreno, detendo e repelindo o ataque inimigo por meio do fogo e do combate aproximado, ou destruindo-o pelo contra-ataque (BRASIL, 2014). Está sediada no município de Porto Murtinho – MS, com um efetivo aproximado de 300 militares, cerca de 1,78% da população total local.

A cidade de Porto Murtinho está localizada a 443 km da capital Campo Grande – MS e tem uma população em torno de 17.000 habitantes. Seu IDH é 0,666, classificado como médio, ocupando a 54ª posição no ranking estadual, do total de 78 municípios do MS. A taxa de alfabetização é de 90%, porém em torno de 47% da população recebem até dois salários mínimos e quase 45 % não tem renda. O PIB do município é de aproximadamente R\$ 292 milhões, 40º lugar no ranking estadual (do total de 78) sendo o setor de maior participação o de Comércio e Serviços com 47%, seguido pela Agropecuária com 37%. O Setor de Comércio dispõe de 235 estabelecimentos e o de Serviços de 25 estabelecimentos, no município. Existem 12 escolas públicas que oferecem Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio, porém a quantidade de professores disponíveis para o Ensino Médio é reduzida e não há Instituições de Ensino Superior localizadas na cidade, o que limita a capacidade de qualificação da população local. Existem apenas 16 estabelecimentos de saúde, sendo somente 01 hospital geral e a taxa de mortalidade infantil é de 14,4/1000 nascimentos, ou seja, muito acima do índice da Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 10 mortes para cada mil nascimentos e também da média estadual que é de 12,9 (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

A 4ª Cia Eng Cmb Mec é uma organização militar que tem como missão, na situação de Guerra, apoiar a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada proporcionando mobilidade às armas-base e contra-mobilidade ao inimigo; proteção, aos órgãos e estruturas de combate; logística, em diversas atividades; dentre outras (BRASIL, 2014). Está localizada no município de Jardim-MS, contando com um efetivo em torno de 260 militares, o que representa cerca de 1% da população total residente.

O município de Jardim está situado a 217 km da capital do MS, com uma população total em torno de 26.000 habitantes. Seu IDH tem o valor de 0,712, classificado como alto, posicionando-se em 14º lugar no ranking estadual. A taxa de alfabetização chega a 93%, considerando as pessoas de 10 anos ou mais. Aproximadamente 50,2% da população recebem até 02 salários mínimos e quase 36% não tem renda. O PIB do município é de cerca de R\$ 460 milhões, 29ª posição no ranking estadual, cuja distribuição da participação no PIB é de cerca

de 68% do Setor de Comércio e Serviços, 11% do Setor Agropecuário, 11% do Setor Industrial e 10% dos impostos. O setor de Comércio e Serviços conta com 643 estabelecimentos comerciais e 115 estabelecimentos de serviços, o que demonstra sua relevância regional. Possui 21 escolas públicas da Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio, com menor quantidade de professores disponíveis para o Ensino Médio. O município dispõe de 01 pólo universitário público, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Existem 43 estabelecimentos de saúde, com 01 hospital geral e a taxa de mortalidade infantil gira em torno de 11,9/ 1000 nascimentos, acima do índice da OMS, porém abaixo da média estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O 9º GAC é uma organização militar de apoio ao combate que tem como missão, no cenário de Guerra, apoiar 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada pelo fogo, destruindo ou neutralizando as instalações, os equipamentos e as tropas inimigas localizadas em profundidade no campo de batalha que ameacem o êxito da operação (BRASIL, 2014). Está sediado no município de Nioaque – MS, dispondo de um efetivo de cerca de 400 militares, o que equivale a 2,84% da população total local.

Nioaque é um município que está localizado a 165 km da capital, tem uma população em torno de 14.000 habitantes. Seu IDH é 0,639, classificado como médio, colocando-o em 69º lugar no ranking estadual. A taxa de alfabetização chega a 89%, considerando as pessoas de 10 anos ou mais. Aproximadamente 47,8% da população recebem até 02 salários mínimos e em torno de 43% não tem renda. O PIB do município é de cerca de R\$ 230 milhões, 45ª posição no ranking estadual, cuja participação de cada setor é em torno de 46% do Setor de Comércio e Serviços, 26% do Setor agropecuário, 22% do setor industrial e 6% dos demais impostos. O setor de Comércio e Serviços conta com 217 estabelecimentos comerciais e 25 estabelecimentos de serviços. Possui 12 escolas públicas da Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio, com menor quantidade de professores disponíveis para o Ensino Médio e não há Instituições de Ensino Superior sediadas na cidade. Existem 15 estabelecimentos de saúde, mas não há hospital geral. A taxa de mortalidade infantil gira em torno de 15,7/ 1000 nascimentos, considerada muito alta em relação ao índice da OMS e alta em comparação à média estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O 10º R C Mec, o 11º R C Mec e 17º R C Mec são unidades militares de Arma-Base que tem a missão, quando empregados em situação de Guerra, conduzir ações de reconhecimento, de vigilância e de segurança dirigidas pela 4ª Bda Cav Mec.

O 10º R C Mec está localizado na cidade de Bela Vista, contando com um efetivo de 615 militares, o que corresponde a 2,53% da população total residente.

A cidade de Bela Vista está situada a 309 km da capital Campo Grande, com uma população total em torno de 25.000 habitantes. Tem um IDH de 0,698, classificado como médio, posicionando-se em 29º lugar no ranking estadual. A taxa de alfabetização chega a 92%, considerando as pessoas de 10 anos ou mais. Aproximadamente 49,2% da população recebem até 02 salários-mínimos e quase 41% não tem renda. O PIB do município é de cerca de R\$ 420 milhões, 30ª posição no ranking estadual, cuja participação é de aproximadamente 52% do Setor de Comércio e Serviços, 27% do Setor agropecuário, 14% do setor industrial e 7% dos impostos (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2015). O setor de Comércio e Serviços conta com 491 estabelecimentos comerciais e 52 estabelecimentos de serviços, o que indica a força do setor na economia. Possui 22 escolas públicas da Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio, cuja maior carência de professores é para o Ensino Médio e não dispõe de instituições de Ensino Superior estabelecidas no local. Existem 32 estabelecimentos de saúde, dentre eles há 01 hospital geral, e a taxa de mortalidade infantil gira em torno de 6,9/1000 nascimentos, muito abaixo da média estadual e do índice de aceitação da OMS (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O 11º R C Mec está sediado no município de Ponta Porã, seu efetivo é da ordem de 624 militares, o que equivale a cerca de 0,7% da população total local.

Ponta Porã é um município do MS distante 326 km da capital, contando com uma população de aproximadamente 90.000 habitantes. Seu IDH é 0,701 classificado como alto, ocupando a 25ª posição no ranking estadual. A taxa de alfabetização é de 91,7%, considerando as pessoas de 10 anos ou mais. Cerca de 48,9% da população recebem até 02 salários-mínimos e em torno de 38% não tem renda. O PIB do município é de cerca de R\$ 2,260 bilhões, 5ª posição no ranking estadual, cuja participação é de aproximadamente 53% do Setor de Comércio e Serviços, 20% do Setor Agropecuário, 15% do Setor Industrial e 12% dos impostos (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2015). O setor de Comércio e Serviços conta com 1.085 estabelecimentos comerciais e 333 estabelecimentos de serviços, o que caracteriza o município como um pólo comercial. Possui 52 escolas públicas da Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio e menor quantidade de professores disponíveis é para o Ensino Médio. Há 06 instituições de Ensino Superior sediadas na cidade: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IF MS); Faculdades

Magsul; Faculdades Integradas de Ponta Porã (FIP) e Faculdade de Ponta Porã (FAP), o que confere ao município grande capacidade de formação profissional. Existem 83 estabelecimentos de saúde, incluídos 03 hospitais gerais e a taxa de mortalidade infantil gira em torno de 11,1/1000 nascimentos, índice abaixo da média estadual, porém acima do índice aceitável estabelecido pela OMS (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Por fim, o 17º R C Mec localiza-se no município de Amambai, tem um efetivo em torno de 720 militares, correspondendo a 1,9% da população total residente.

Amambai está distante 301 km da capital, contando com uma população de aproximadamente 40.000 habitantes. Seu IDH é 0,663, valor que o classifica como médio, ocupando o 57º lugar no ranking estadual. A taxa de alfabetização é de quase 90%, considerando as pessoas de 10 anos ou mais. Cerca de 48,1% da população recebem até 02 salários-mínimos e em torno de 40% não tem renda. O PIB do município é de cerca de R\$ 785 milhões, 22ª posição no ranking do Estado, sendo a distribuição da participação no PIB de aproximadamente 58% do Setor de Comércio e Serviços, 21% do Setor Agropecuário, 11% do Setor Industrial e 10% dos impostos (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2015). O setor de Comércio e Serviços conta com 598 estabelecimentos comerciais e 132 estabelecimentos de serviços. Possui 25 escolas públicas da Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio e a quantidade de professores disponíveis para o Ensino Médio é a menor. Há 02 instituições de Ensino Superior sediadas na cidade: Faculdade de Amambai (FIAMA) e UEMS (unidade universitária). Existem 45 estabelecimentos de saúde, sendo 02 hospitais gerais e a taxa de mortalidade infantil gira em torno de 22/1000 nascimentos, muito acima do índice da OMS que é de 10 mortes para cada mil nascimentos e também da média estadual que é de 12,9 (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Além de suas missões típicas em cenário de Guerra, todas essas organizações militares podem ser empregadas em situações de Não-Guerra. Esse tipo de atuação se caracteriza por ações “onde o poder de combate é usado de forma limitada, em situação de normalidade institucional ou não, na garantia dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem, prevenção de ameaças, gerenciamento de crise e na solução de conflitos” (BRASIL, 2014, p. 5-2). Nesse contexto, essas unidades militares têm sido empregadas intensivamente nessas regiões, dotadas de poder de polícia, em operações de prevenção e repressão aos crimes na Faixa de Fronteira, compartilhando essa competência com as forças policiais.

A proximidade da linha de fronteira e as redes de circulação existentes na área tornam esses municípios vulneráveis às movimentações dos crimes transnacionais ou transfronteiriços.

O tráfico de entorpecentes, o contrabando de armas, munições, mercadorias e a biopirataria são exemplos de crimes que afetam esse espaço territorial (SANTOS, 2014).

O município de Ponta Porã foi apontado como um dos principais corredores de tráfico de drogas e armas. Autoridades policiais afirmam que o processo de conurbação entre o município brasileiro de Ponta Porã e a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero vem favorecendo a fixação na região das principais facções criminosas que operam no Brasil: o comando vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), e que as disputas instauradas tem motivado a quantidade de mortes violentas, comumente por armas de fogo e pelo disseminado emprego de armas de grosso calibre (FIGUEREDO, 2017)

## **5. AS CONTRIBUIÇÕES DA PRESENÇA DO EXÉRCITO PARA O DESENVOLVIMENTO DESSA PARTE DA FRONTEIRA**

Dessa forma, considerando as características das organizações militares presentes e dos municípios onde estão sediados, pode-se apresentar algumas contribuições da presença do EB para o desenvolvimento das regiões Sul e Sudoeste da fronteira sul-mato-grossense.

Inicialmente, a participação dessas unidades militares nas operações de combate aos crimes transfronteiriços ou transnacionais, em suas próprias regiões, traz reflexos positivos para a economia dessa área. Conforme Santos (2014), a comercialização de produtos contrafeitos ou contrabandeados desregula o mercado, sobretudo local, que sofre com a desleal concorrência desses produtos. Costa (2017, p.74) cita que: “descaminho e contrabando são indesejados, porque ilícitos e maléficos à economia”. Isso gera um verdadeiro mercado paralelo, não atingido pela regulação estatal, sobretudo em relação aos tributos e às normas de segurança e higiene. Além disso, o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças, componentes e munições tem sido responsável pelo abastecimento bélico de quadrilhas organizadas, que atuam em âmbito local e nacional, lesando o patrimônio público e de particulares (SANTOS, 2014). O contrabando e o tráfico de armas de fogo se tornaram as atividades mais lucrativas dessas organizações criminosas.

A partir de 1996, com base na Política Nacional de Defesa e na Lei Complementar 97/1999, as Forças Armadas passaram a realizar Ações Operacionais de Combate aos Ilícitos na Faixa de Fronteira. Receberam diversas denominações, tais como Operação Ágata, Operação Cadeado, Operação Atalaia, Operação Fronteira Sul, Operação Yanomami, Operação Curare, Operação Curaretinga, entre outras (FIGUEREDO, 2017).



A partir de 2011 começaram as operações de maior vulto e de maior visibilidade para combater os crimes transfronteiriços, ambientais e as ações de organizações criminosas na Faixa de Fronteira, consolidando-se a Operação Ágata. De 2011 a 2016, por meio dessa operação foram apreendidas 457 armas, 27.556 munições, 24.697 quilos de explosivos, 83.356 quilos de drogas e mais de R\$ 3 milhões em materiais de contrabando e descaminho (FIGUEREDO, 2017). Segundo D'Angelo e Santos (2017), no período observado de 2011 a 2014, houve um aumento da arrecadação de impostos, podendo gerar nos anos seguintes um adicional tributário da ordem de 3,7% sobre o total arrecadado que, em termos monetários, equivaleria a cerca de R\$ 3 bilhões/ano. Portanto, percebe-se a importância dessa atuação do Exército para a proteção e fortalecimento da economia local e nacional.

Outro aspecto é o impacto econômico da presença dos quartéis, dos efetivos militares e suas famílias na renda da população, oportunidade de trabalho e no setor de comércio e serviços dos municípios dessa parte da fronteira. Conforme as características apresentadas, em muitos municípios a renda da maior parte da população é de 02 salários mínimos e boa parte dos habitantes não tem renda, limitando o consumo e a capacidade de desenvolvimento da rede de comércio e serviços locais (MATO GROSSO DO SUL, 2017). Considerando a proporcionalidade dos efetivos em relação à população local, que em alguns municípios chega a quase 3%, e a capacidade de consumo dos militares, cujo soldo de praças e oficiais varia entre 1,5 a 11 salários mínimos (BRASIL, 2016). Segundo citado por Dias (2013), em cidades como Bela Vista a economia gira em torno do quartel, que tem grande influência no setor de comércio e serviços, bem como muitos jovens ficariam sem emprego sem a presença do quartel, devido à limitação de empregos.

Outra contribuição é a cessão de espaços pertencentes ao aquartelamento para a exploração de atividades econômicas por parte de particulares. Conforme a Portaria Nr 011, do Departamento de Engenharia e Construção, de 04 de outubro de 2005, os imóveis ou benfeitorias das OM podem ser cedidos a terceiros para atividades que busquem retorno financeiro nas formas de: arrendamento, cessão de uso e permissão de uso.

O Arrendamento é a forma de utilização pela qual a OM viabiliza a cessão de um imóvel a terceiros, para fins de “exploração de frutos ou prestação de serviços, mediante o pagamento de quantia periódica denominada renda” (BRASIL, 2005, p.18). Em 2011, como exemplo, O 17º R C Mec ofertou contrato de arrendamento para exploração de pecuária (BRASIL, 2011).

Na Cessão de Uso, a OM possibilita que terceiros, a título oneroso ou gratuito, mediante contrato, utilizem os imóveis sob sua jurisdição visando dar suporte às suas atividades. Nesse

caso, estão enquadradas explorações econômicas como: restaurante, lanchonete, creche, escola, barbearia, sapataria, alfaiataria, lavanderia e demais atividades similares (BRASIL, 2005). Um exemplo é a cessão de uso para abertura de cantina viabilizada pelo 10º R C Mec, quartel de Bela Vista – MS (BRASIL, 2018).

Quanto à Permissão de Uso, a OM possibilita a prática de determinada atividade em imóvel ou benfeitoria sob a sua jurisdição, a terceiros, a título gratuito ou oneroso, por espaço de tempo reduzido, para a realização de eventos ou atividades que justifiquem a concessão. É a forma adotada para a cessão de auditórios, instalações desportivas, estandes de tiro, piscinas e demais atividades similares (BRASIL, 2005).

Além disso, a presença do Exército nessa parte da fronteira possibilita a capacitação profissional de militares temporários que, após o seu licenciamento do serviço militar, irão incrementar o mercado de trabalho local. Essa capacitação profissional ocorre simultaneamente à prestação do serviço militar, principalmente por meio dos cursos do Projeto Soldado-Cidadão, favorecendo o ingresso desses militares, posteriormente, no mercado de trabalho (SIMÃO, 2013).

A maior parte dos militares temporários que ingressam nas unidades militares presentes é recrutada nos próprios municípios das regiões sul e sudoeste da fronteira, conforme Brasil (2018), e naturalmente tendem a retornar para suas cidades de origem ou próximas, após o licenciamento, em busca de inserção profissional.

O Projeto Soldado-Cidadão tem a missão de qualificar profissionalmente os militares que prestam o Serviço Militar, complementando sua formação cívica-cidadã e facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após o período obrigatório junto às **Forças Armadas (BRASIL, 2013)**. O programa funciona desde 2004 e abrange todo o território nacional. Entre as áreas de qualificação disponibilizadas estão: telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática, vigilância, pintura e saúde (**BRASIL, 2013**). A maior parte desses cursos são viabilizados por parcerias com o Sistema “S”(SENAC, SENAI, SEBRAE, SEST-SENAT e SESI).

Somado a essas, a presença das organizações militares também contribui para atender as carências de profissionais em setores importantes do mercado de trabalho municipal. A ausência ou limitação de instituições de ensino superior em alguns desses municípios ou nas proximidades reduz a oferta de profissionais mais qualificados.

Conforme Silva (2016), nas áreas de fronteira há maior facilidade e rapidez de contratação de esposas e outros dependentes de militares que sejam professores ou trabalhem na área de saúde (enfermeiros, dentistas, médicos, farmacêuticos, etc.), pois há uma grande demanda desses empregos.

Os Planos de Movimentação de oficiais, subtenentes e sargentos para Guarnições de Fronteira, com tempo de permanência mínimo de 24 meses (BRASIL, 2008), possibilita a chegada regular de militares e seus familiares, portadores de formações técnicas ou de ensino superior. Esses passam a atuar no mercado de trabalho local, suprindo carências de profissionais de maior qualificação, como por exemplo, a de professores da rede pública e profissionais da área de saúde (BESSA, 2013).

Por fim, a existência das unidades do EB nessa parte da fronteira vem contribuindo para a manutenção e recuperação das redes de circulação, como as vias internas, estradas e pontes de alguns desses municípios, normalmente em caráter emergencial. Segundo Videira (2014), o Exército apoia as comunidades locais realizando obras em rodovias, pontes e viadutos, por intermédio de suas unidades de engenharia, como forma de adestramento em tempos de paz. Segundo Moraes (2013), esse apoio foi solicitado pelo município de Porto Murinho, no ano de 2013, em decorrência das chuvas, para a restauração da trafegabilidade das vicinais que atendem o transporte escolar e permitem o acesso às propriedades rurais. Ainda em 2013, o prefeito de Ponta Porã propôs parcerias com o Exército para a recuperação de estradas vicinais nos assentamentos e na zona rural, para que as pessoas e produtores rurais pudessem circular normalmente (POLÍTICA, 2013). Em 2015, a prefeitura de Bonito contou com o apoio do Exército para a finalização das obras de otimização da estrada que dá acesso a Gruta do Lago Azul, Gruta de São Miguel e Abismo Anhumas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO, 2015).

Esses tipos de atividades, na região, são executadas predominantemente pela 4ª Cia Eng Cmb Mec e possibilitam que os municípios mantenham o fluxo de circulação de mercadorias, serviços e pessoas, contribuindo para a normalidade do desenvolvimento econômico local.

## **6. MATERIAL E MÉTODO**

Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental, pois tem como base a teoria encontrada em publicações como manuais, livros, documentos oficiais e artigos publicados em jornais, revistas e mídia eletrônica (UNIS, 2018)

A pesquisa bibliográfica observou as seguintes fases: levantamento da bibliografia; seleção da bibliografia; leitura analítica da bibliografia selecionada e interpretação dos dados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é explicativa, pois busca investigar a relação de causa e efeito entre a presença do Exército e o desenvolvimento econômico dessa região de fronteira. Quanto à natureza, a pesquisa é tanto qualitativa quanto quantitativa.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando a pergunta inicial sobre a importância da presença do Exército para o desenvolvimento econômico das regiões sudoeste e sul da fronteira sul-mato-grossense, com base nos dados bibliográficos e documentais levantados, é possível concluir que são diversas as contribuições das organizações militares da Força Terrestre para a evolução da economia dessa área, o que confere importância significativa à presença do Exército.

Inicialmente, demonstrou-se que a atuação das unidades militares do Exército nas operações de combate aos delitos transfronteiriços, frequentes nessas regiões, contribui para fortalecer as redes de comércio, as finanças municipais, proteger os bens públicos e particulares. A repressão à entrada de produtos ilegais inibe a concorrência desleal no mercado local, favorece a melhoria da arrecadação por meio dos tributos e minimiza a ação de quadrilhas organizadas sobre o patrimônio público e privado.

Outra contribuição que pode ser constatada é a influência da presença do quartel, dos militares e suas famílias sobre a média de renda, oferta de emprego e rede de comércio de municípios dessa área. Isso ocorre devido à limitação de oferta de trabalho nessas localidades, devido à renda mais elevada dos militares, de maneira geral, em relação à média de renda da população de alguns municípios, aliado ao fato do efetivo de integrantes das organizações militares somado aos de seus familiares ser proporcionalmente significativo, quando comparado à totalidade das populações municipais, o que aumenta a importância dessa presença sobre a economia local.

Além disso, a presença das unidades militares do Exército contribui para o desenvolvimento fornecendo suporte para exploração de atividades econômicas por parte de particulares. Observada a legislação pertinente, organizações militares da região vêm

possibilitando a cessão de espaços do aquartelamento na forma de arrendamento, cessão de uso e permissão de uso, para realização de atividades com fins lucrativos, o que favorece o fortalecimento das economias locais.

Pode-se afirmar também que as organizações militares do Exército presentes na área colaboram para a capacitação de trabalhadores para o mercado de trabalho local. Os cursos oferecidos nas áreas de telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática, vigilância, pintura e saúde qualificam diversos militares que, ao término de seu tempo de serviço no Exército, esses irão se integrar à força de trabalho regional. Percebe-se que isso é importante para alguns desses municípios cujos índices de IDH e estrutura de ensino têm baixa capacidade de atração e de formação de mão de obra qualificada.

É possível concluir ainda que a movimentação regular de oficiais, subtenentes e sargentos, com suas respectivas famílias, possibilita que a carência de profissionais em setores importantes do município seja suprida. Muitos desses possuem formação de ensino superior ou técnica e passam a atuar no mercado de trabalho local, o que minimiza a falta de profissionais mais qualificados decorrente da ausência ou limitação de instituições de ensino superior em alguns desses municípios.

Outra contribuição que se conclui é o apoio do Exército para a melhoria das condições das vias e estradas dessas regiões por solicitação dos governos municipais. Os reduzidos Produtos Internos Brutos de alguns municípios limitam a atuação de seus governos na manutenção das redes de circulação, fazendo com que unidades militares da arma de engenharia, em especial a 4ª Cia Eng Cmb Mec, sediada em Jardim, apoie emergencialmente essas localidades. Isso favorece a economia local por permitir a continuidade da circulação de pessoas, produtos e serviços.

Este artigo requer um maior aprofundamento e diversas outras contribuições poderão ser apontadas, reforçando ainda mais a importância da presença do Exército para o desenvolvimento econômico dessa parte da fronteira sul-mato-grossense.

**THE IMPORTANCE OF THE PRESENCE OF THE ARMY FOR THE  
ECONOMIC DEVELOPMENT OF THE SOUTH-WEST AND SOUTH REGIONS OF  
THE SOUTH-MATO-GROSSENSE FRONTIER**

**ABSTRACT**

This work deals about the importance of the presence of the Brazilian Army in the south-west and south regions of the South Mato Grosso frontier for the economic development of this area, a space that covers the frontier zone between Brazil and Paraguay. Such an approach is justified because of the political, economic, social and geographical characteristics of this locality that imply in the demand of a greater participation and influence of the military organizations and their structures in the economy of the local counties. The purpose of this study is to identify the contributions of these military units of the Land Force to the economic growth of this border area. This purpose will be reached based on a bibliographical and documentary review related to the activities of the military organizations of the Brazilian Army, located in the State of South Mato Grosso, within the specified border zone. The study showed the limited capacity of the municipal economies, influenced by the operation of the organized crime, limited average income of the population, modest network of trade and services, lacks of the labor market and labor qualifications, as well as the conditions of the circulation networks and how the presence of Army organizations has collaborated to minimize the impacts of these shortcomings.

**Keywords:** Brazilian Army. South-West and South Areas of the South-Mato-Grossense Frontier. Economic Growth.

**REFERÊNCIAS**

BESSA, Reinaldo. Médicos militares já acumulam cargos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 ago. 2013. Folha saúde, p.1. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/medicos-militares-ja-acumulam-cargos-ban7zue6kxbyuvswvvoyyb06dq/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

BRASIL. Decreto 8903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 nov. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2008/decreto/d6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/decreto/d6703.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.321, de 27 de julho de 2016. Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jul. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13321.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13321.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jun. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp97.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 mai. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6634.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Portaria n. 831- Cmt Ex, de 20 de outubro de 2008. Altera dispositivos das Instruções Gerais para Movimentação de Oficiais e Praças do Exército (IG 10-02), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 325, de 6 de julho de 2000. Lex: Boletim do Exército n. 43, de 24 de outubro de 2008. Brasília.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Portaria n. 011-DEC, de 04 de outubro de 2005. Aprova as Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército. Lex: Boletim do Exército n. 43, de 27 de outubro de 2005. Brasília

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Pregão eletrônico nº 06/2018. 24 out. 2018. Disponível em: <<http://www.sigapregao.com.br/app/pregao/160133/6/2018>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Comando da 9ª Região Militar. Plano Regional de Convocação para o Serviço Militar Inicial em 2019 – PRC/2019, de 28 de março de 2018. Campo Grande.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. In: O Exército. **Quartéis por Estados>MS**. 2018. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/centro-de-comunicacao-social-do-exercito/ms>>. Acesso em: 25 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado. In: História do 11º R C Mec. **Histórico do 11º R C Mec**. 2017. Disponível em: <<http://www.11rcmec.eb.mil.br/index.php/historia-do-11-rc-mec>>. Acesso em: 25 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. 9º Grupo de Artilharia de Campanha. In: Histórico. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://www.9gac.eb.mil.br/historico>>. Acesso em: 25 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre – EB 20-MF-10.102**. Brasília, 1ª Edição/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Projeto Soldado Cidadão**. Brasília, DF, ano 3, n. 3, p. 1-8, edição anual, 2013.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Concorrência nº 01/2011. 25 out. 2011. Disponível em:  
<[http://www.comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download\\_editais\\_detalhe.asp?coduasg=160131&modprp=3&numprp=12011](http://www.comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=160131&modprp=3&numprp=12011)>. Acesso em: 08 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. In: Programas Sociais. **Projeto Soldado Cidadão**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/projeto-soldado-cidadao>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Integração Nacional. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Municípios da Faixa de Fronteira**. Disponível em:  
<<http://www.sudeco.gov.br/municipios-faixa-de-fronteira>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

COSTA, Maurício Kenyatta Barros da. **Políticas de segurança e defesa da fronteira brasileira no contexto da integração regional: os casos das fronteiras Brasil-Uruguai e Brasil-Paraguai**. 2017. 210f. Dissertação (Mestrado) – Relações Internacionais em Política Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DIAS, Aliny Mary. Na fronteira, Exército gera empregos e salva economia de uma cidade. **Campo Grande News**, Bela Vista, 31 ago. 2013. Folha interior, p.1. Disponível em:  
<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/na-fronteira-exercito-gera-empregos-e-salva-economia-de-uma-cidade/>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

D'ANGELO, Élcio Félix; SANTOS, Marco José dos. **O Controle das fronteiras e a violência urbana no Brasil**. 2017. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Superior de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Brasília, 2017.

FIGUEREDO, Safira Maria de. **Operação Ágata – o poder de polícia das Forças Armadas**. 2017.99f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul. 2015.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul – Regiões de Planejamento**. 2015.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Geoambientes da Faixa de Fronteira GTNF/MS**. Mato Grosso do Sul. 2016.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. In: Perfis Estatísticos do MS e Municípios. **Dados Estatísticos dos Municípios de MS**. 2017. Disponível em:  
<<http://www.semagro.ms.gov.br/perfis-socioeconomicos-do-ms-e-municipios/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.



MORAES, Edson. Forças Armadas ajudam na recuperação de Porto Murtinho. **Bela VistaMS**, Porto Murtinho, 17 abr. 2013. Folha Porto Murtinho, p.1. Disponível em: <<http://www.belavistanews.com.br/noticia/2013/04/17/forcas-armadas-ajudam-na-recuperacao-de-porto-murtinho>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

MOREIRA, Viviane Viaut. 17º R C Mec comemora aniversário de 126 anos em Amambai. **Amambai Notícias**, Amambai, 15 ago. 2014. Folha Geral, p.1. Disponível em: <<https://www.amambainoticias.com.br/geral/17-rc-mec-comemora-aniversario-de-126-anos-em-amambai>>. Acesso em: 25 out. 2018.

POLÍTICA. **Aral Moreira News**, Aral Moreira, 25 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.aralmoreiranews.com.br/noticia/5487/ludimar-discute-parcerias-com-exercito>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO. Notícias. **Exército auxilia em obras na estrada da Gruta do Lago Azul**. Bonito, 2015. Disponível em: <<http://www.bonito.ms.gov.br/noticias/galeria-de-fotos/exercito-auxilia-em-obras-na-estrada-da-gruta-do-lago-azul>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

RUIZ, Toninho. 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado completa 178 anos. **Fronteira News**, Bela Vista, 26 fev. 2017. Folha Bela Vista, p.1. Disponível em: <<https://fronteiranews.com/10o-regimento-de-cavalaria-mecanizado-completa-178-anos>>. Acesso em: 25 out. 2018.

RUIZ, Toninho. Murtinhenses festejam 79 anos da 2ª Cia Fron e exalta a bravura dos Guerreiros do Pantanal. **Bela VistaMS**, Porto Murtinho, 16 jan. 2017. Folha Porto Murtinho, p.1. Disponível em: <<http://www.belavistams.com.br/noticia/2017/01/16/murtinhenses-festejam-79-anos-da-2-cia-fron-e-exalta-a-bravura-dos-guerreiros-do-pantanal>>. Acesso em: 25 out. 2018.

SANTOS, Ana Cláudia Martins dos. **Os constantes receios de uma invasão: ameaça e estratégia de defesa da província de Mato Grosso (1850-1864)**. AEDOS, nº 12, v. 5, 2013.

SANTOS, Silvana Duarte et al. A repressão aos crimes transnacionais e sua influência no desenvolvimento socioeconômico da região do Pantanal sul-mato-grossense. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16. , 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ENGEMA, 2014. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/440.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Desenvolvimento econômico territorial de Mato Grosso do Sul – Amambai /Centro Sul**. Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em: <[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto\\_AMAMBAI.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto_AMAMBAI.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Desenvolvimento econômico territorial de Mato Grosso do Sul – Bela Vista/ Sudoeste**. Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em:

<<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/BELA%20VISTA.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

**Desenvolvimento econômico territorial de Mato Grosso do Sul – Jardim/ Sudoeste.** Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em:

<<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/JARDIM.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

**Desenvolvimento econômico territorial de Mato Grosso do Sul – Nioaque/ Sudoeste.**

Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em:

<<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/NIOAQUE.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

**Desenvolvimento econômico territorial de Mato Grosso do Sul – Ponta Porã/ Centro Sul.**

Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em: <

[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto\\_PONTA%20POR%C3%83.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto_PONTA%20POR%C3%83.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

**Desenvolvimento econômico territorial de Mato Grosso do Sul – Porto Murtinho/ Sudoeste.** Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em:

<<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/PORTO%20MURTINHO.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SILVA, Cristina Rodrigues da. **O Exército como Família: Etnografia Sobre as Vilas Militares Na Fronteira.** 2016. 231f. Dissertação (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SIMÃO, Marcos Rangel. **Capacitação profissional dos militares temporários em uma organização militar do município de Bagé – RS.** 2013. 12f. Universidade da Região da Campanha, Bagé, 2013.

SOUZA, Fernando dos Anjos. **Educandário Coronel Felício: A participação militar na educação pública da fronteira Brasil – Paraguai (1951-1980).** 2012.143f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas.** Brasília: Ed. IBAMA, 1999, 118 p.

UNIS. **Guia de Estudo: Metodologia da Pesquisa Científica.** Varginha, MG, 2018. 67 p.

VIDEIRA, José Carlos. Batalhão de engenharia enfrenta frio e geologia para abrir estrada na serra catarinense. **O Empreiteiro**, São Paulo, 2014, n. 531, jun. 2014.